

Meriti lança Lei que define ampliação em primeiros socorros

Escolas públicas e privadas de Meriti terão funcionários capacitados em primeiros socorros

Gilberto Rocha

A Prefeitura de São João de Meriti realizou, na Câmara de Vereadores, o lançamento da Lei Municipal 2.713 de fevereiro de 2026, que dispõe sobre a ampliação na capacitação obrigatória em primeiros socorros a todos os funcionários das escolas públicas e privadas da cidade. Na ocasião, também foi divulgado a criação de um Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI) para tratar sobre as demandas da nova norma.

Em 2018 foi sancionada a Lei Federal 13.722, conhecida como Lei Lucas, com o mesmo objetivo e que será complementada em Meriti com novas propostas. É uma das principais contribuições para a extensão será na assistência aos alunos com necessidades especiais, como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno Opositivo-Desafiador (TOD), Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC), Síndrome de Tourette, entre outras condições.

Para garantir a eficiência e o cumprimento dos novos protocolos, o GTI apresentado na Câmara Municipal estará à frente com 10 integrantes, membros das secretarias municipais de Educação, Ciência e Tecnologia; de Saúde e de Resiliência Urbana, Proteção e Defesa Civil. Com a equipe já definida, a primeira reunião para alinhar a metodologia de atuação e o planejamento das diretrizes pe-



Com ampliação da Lei Lucas, Grupo de Trabalho com 10 membros foi criado para cumprir metas

dagógicas e operacionais da capacitação ainda será marcada. Neste encontro inicial, o Grupo decidirá por quais unidades começarão os trabalhos. Os treinamentos ficarão a cargo do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

Com representantes de diversas unidades escolares de São João presentes à cerimônia, a mesa da plenária foi composta pelos secretários Eneila de Lucas (Educação, Ciência e Tecnologia), Leonardo Vieira (Habitação, Urbanismo e Iluminação Pública), Carlos Neto (Saúde) e Drigão (Resiliência Urbana, Proteção e Defesa Civil), que foram acompanhados do presidente da Câmara Municipal, Doca Brazão, do coronel Luiz Fe-

lipe do SAMU e de Aline Souza, coordenadora do Programa Saúde na Escola.

Pastas integradas

A secretária Eneila de Lucas destacou a importância da Lei 2.713/2026 como um esforço conjunto entre as secretarias.

“Essa Lei implementada representa um trabalho voltado de uma forma intersetorial como a gente nunca teve. Pelo menos eu, como educadora, nunca assisti um município tão movimentado para ter a Saúde, Defesa Civil, Segurança Pública e Educação juntos”, enfatizou Eneila.

Para Carlos Neto, secretário de Saúde, o momento também é significativo para o Executivo e o Legislativo de São João.

“É um momento marcante onde o Legislativo aprimora mais ainda todo o cuidado e toda a assistência promovida pelo nosso Executivo. Hoje nós implementamos o GTI da Lei Lucas, uma lei que nasceu de uma tragédia, para que essa tragédia não se repita mais em nenhum outro local”, comentou o secretário.

Lado docente

A diretora da escola municipal General Charles de Gaulle, no Grande Rio, Raquel Moreira, se mostrou animada em poder participar mais da salvaguarda da vida dos estudantes.

“É um importante passo, porque a gente se sente mais seguro

em qualquer incidente. Na unidade em que eu trabalhei, nós tivemos um caso em que uma criança teve um ataque epilético. E conhecendo algumas manobras, conseguimos estabilizar a criança”, lembrou Raquel.

Origem da Lei Lucas

Sancionada em 2018, a Lei Lucas foi idealizada após a morte do aluno Lucas, de 10 anos, que morreu no ano anterior depois de ter se engasgado ao comer um cachorro-quente num passeio escolar, no interior do estado de São Paulo. Segundo relato da mãe de Lucas à época, na ocasião nenhum dos profissionais presentes tinha conhecimentos em noções em primeiros socorros.

Construção do Hospital Municipal de Queimados

PMQ

O município acaba de conquistar um dos maiores investimentos em saúde de sua história. Foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, na sexta-feira (13), a deliberação da Secretaria de Estado de Saúde que garante R\$ 35 milhões em apoio financeiro para a construção do Hospital Geral de Queimados. A unidade contará com atendimento ambulatorial, oferecendo consultas, avaliações para cirurgias eletivas e unidade para tratamento intensivo.

A nova unidade de médio porte será o primeiro hospital municipal da cidade e terá capacidade para 100 leitos, distribuídos internação clínica, cirúrgicos, de obstetrícia e de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). O hospital contará ainda com centro cirúrgico, centro de imagem, leitos psiquiátricos,



Unidade contará com 100 leitos, entre clínicos, cirúrgicos, UTI e obstetrícia

unidades intensivas adulto e pediátrico, além de sala de medicação, curativo e gesso.

Após a elaboração do projeto pela Prefeitura de Queimados, a publicação no Diário Oficial representa uma das primeiras e mais importantes etapas rumo à

construção do hospital, uma pauta defendida e acompanhada de perto pelo prefeito Glauco Kaiser desde o início de sua gestão. “Esse recurso representa parte do investimento necessário para a construção da unidade. Esse hospital é um sonho antigo de toda

população e uma necessidade urgente. Agradeço ao governador Cláudio Castro por acreditar no projeto desenvolvido pela prefeitura e que transformará a realidade da cidade”, enfatiza.

O deputado federal, Doutor Luizinho, também é peça impor-

tante para a construção do hospital. O político da Baixada Fluminense irá destinar uma emenda parlamentar para complementar o valor global da obra. Um dos principais destaques da unidade será o centro cirúrgico, que permitirá a realização de diversos procedimentos eletivos que hoje dependem de encaminhamento para outros municípios. Entre as cirurgias previstas estão procedimentos como hérnia, retirada de vesícula, fimose e vasectomia, além de cirurgias ginecológicas, como histerectomia, laqueadura e correção de prolapso.

A implantação desses serviços deverá contribuir diretamente para reduzir a fila por cirurgias eletivas na cidade. A unidade também reduzirá a sobrecarga em unidades de pronto atendimento e nos hospitais da região, como o Hospital Geral de Nova Iguaçu.